

Fronteiras do corpo: um estudo sobre as práticas de abortamento de 1970 a 2000 em Mato Grosso do Sul

NATHÁLIA EBERHARDT ZIOLKOWSKI *

O corpo, pensado como categoria social e cultural, ao longo da História trás marcas que podem evidenciar construções sociais definidoras de papéis, comportamentos e regras, que se instituem na experiência e consolidam-se nas representações e imaginários que fundamentam ou são fundamentados nas crenças e práticas de diversos grupos sociais.

Para este estudo, que propõe refletir a história de mulheres, com atenção para as mulheres em situações de práticas de aborto, as quais vivenciaram em seus corpos as marcas de imposições sociais, os conceitos de representação e imaginário social são relevantes. Ambos os conceitos estão servindo de auxílio para o entendimento dos diferentes poderes instituídos socialmente, e tem permitindo analisar em que sentido tais poderes desempenham um intenso significado sobre as sociedades e os sujeitos que as constitui, mais especificamente sobre as mulheres, retratando a consciência dos sujeitos que os inscrevem e de suas intencionalidades em tempos e contextos específicos.

Para algumas correntes historiográficas, como a História Cultural e a História Social, as representações sociais são uma categoria de análise que permite compreender como é constituída e interpretada uma realidade, e que a mesma não é dada e nem mesmo absoluta, mas é sim uma interpretação que os indivíduos ou coletivos instituem como real e que se materializa nos discursos e, especialmente, nas práticas cotidianas.

Chartier (2002), autor que nos apresenta em seus estudos seu conceito de representação, propõe que este seja pensado a partir dos textos de uma sociedade, entendidos por ele, de maneira geral, como as práticas culturais que imprimem significados sobre o convívio coletivo e posturas individuais, que são legitimadas pelas representações. Para o autor, a sociedade tem formas diversas de se apropriar desses significados que não são neutros, mas produzidos com intencionalidade e que se origina

* Socióloga e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, orientanda da Prof. Dra. Alzira Salete Menegat e bolsista da CAPES.

de questões subjetivas ou objetivas. Dessa forma, a utilização do conceito de representação social em nossa pesquisa, seguindo as orientações de Chartier (2002), permite compreender a subjetividade, que é bem objetivada, em relação ao domínio exercido em sua maioria pelos homens, sobre as mulheres, e de como é um poder/controlado socialmente e referendado ao longo dos tempos, fazendo-se ainda presente nos dias atuais, imprimindo diversos poderes e efetivando marcas nos corpos e na “alma” de mulheres.

Estudar as mulheres em situações de práticas de aborto significa considerar poderes que tentam exercer controles sobre elas, mas também o questionamento delas diante de tais poderes, configurado nas estratégias que as mesmas produzem em relação a enfrentar/recusar o controle social, que tenta instituir múltiplos poderes sobre seus corpos. Por isso entendermos que as mulheres produzem resistências e Nietzsche (2007) é um autor que nos apresenta a idéia de resistência, embora considere que o poder não se compartilha, acredita que há um constante movimento do vir a ser, que não há nada determinado e que as formas de resistências surgem da reação a algo em uma lógica casualista, assim, as mulheres resistem de diferentes formas as relações de dominação e de controle de seus corpos.

A existência de poderes que objetivam controlar corpos de mulheres, expressam para além da tentativa de assegurar a procriação, trazem implicações outras, grande parte assentadas em amarras religiosas que visam regular pertencimentos sociais, seja em relação as suas participações no mercado de trabalho, bem como em espaços políticos e de diferentes visibilidades. O controle sobre as mulheres, principiando sobre seus corpos, aponta para a forma como socialmente são percebidas no contexto social, como despossuídas de quaisquer formas de pertencimento, haja vista a mensagem embutidas nesse controle, afinal, nesse formato, os corpos das mulheres não lhes pertence, antes de serem delas, o são da sociedade. Então, como falar de igualdade de gênero se historicamente as mulheres foram e ainda estão controladas?

O entendimento sobre o imaginário social caminha junto com a idéia de representação, uma vez que também é a expressão de um real que se constitui na história, na cultura e na interpretação de uma sociedade.

Para Chartier (2002) e Baczko (1985) o imaginário tende a falar através da linguagem e pode congrega as representações que dão sentidos as práticas sociais. Assim sendo, para Baczko (1985) o imaginário é produzido por significações, permeadas pelo poder, que constroem papéis sociais, impõe regras comportamentais e fabrica representações que fortalecem esses papéis e regras, fazendo com que as pessoas se identifiquem com determinados espaços e práticas.

O grupo a ser estudado nesta pesquisa é parte de uma sociedade que se entende ser estruturada por imaginários que fundamentam práticas desiguais entre os gêneros sociais. Uma sociedade de posturas patriarcais e androcêntricas, historicamente produtora de signos e símbolos que desqualificam o gênero feminino e legitimam posturas de dominação e controle sobre este.

Dizemos que nossa sociedade tem bases androcêntricas quando analisamos o próprio sentido contido em seu significado, ou seja, quando suas bases estão consolidadas por práticas sociais de valorização do homem não somente em relação aos privilégios que são conferidos a eles, mas também a forma como toda a sociedade imprime grande importância a esta categoria universalizando inclusive o termo ‘homem’ para o tratamento a espécie. O androcentrismo está contido na lógica patriarcal a qual vivemos. E que se trata de um sistema de hierarquias sociais entre homens e mulheres que perpassa todas as práticas sociais, desde o convívio privado ao público e que determina papéis bem definidos a cada um dos gêneros no que diz respeito ao comportamento, as funções sociais que são naturalizadas, a valorização dos desempenhos, a instituição de obrigações. Para Saffioti, que estuda as relações sociais entre homens e mulheres sob a ótica social e jurídica, o patriarcado tem um cunho político e ideológico e é movido pela dominação masculina, o poder do macho, “é o regime da dominação- exploração das mulheres pelos homens.” (2004, p.44)

Neste contexto, à medida que a História enquanto disciplina foi compreendendo novos temas de pesquisa, a história das mulheres também surge como nova vertente de estudo, uma vez que, na própria perspectiva patriarcal, esta categoria se manteve descreditada também na observação científica e relatos da história. Isso produziu pouca importância para pesquisas sobre mulheres, já que elas eram, como apresenta Bunge (...), excluídas da história.

No Brasil, as pesquisas sobre mulheres emergem, mais efetivamente na década de 1970, com o movimento feminista ganhando força, especialmente porque naquele momento, como mostra Menegat (2008) foi um momento de intensificação da industrialização brasileira e com ela abertura de novos postos de trabalho que envolveram mulheres, especialmente aquelas da classe média, que passaram a assumir espaços fora da casa.

A década de 1980, apresenta-se como um repensar do movimento de mulheres, quando passa a conduzir demandas pelo viés de gênero. Assim, para esta pesquisa, a história das mulheres será discutida pelo prisma da categoria gênero, incorporada pela academia na década de 1980, quando, de acordo com Scott (1990), pesquisadoras passam a entender que, ao falar exclusivamente da história das mulheres, desconsidera-se a categoria homem que, embora exerça na história o papel oposto ao das mulheres, sendo sempre considerado o protagonista, ao entendimento dos/as estudiosos/as deveriam ser incorporados as análises. Dessa forma, a categoria gênero contempla análises mais completas na observação das problemáticas sociais, por ser uma das categorias que possibilita analisar poderes que conferiram as mulheres o anonimato através da dominação e controle exercidos sobre as mesmas.

O conceito de gênero passa a compreender o todo dessas relações, um dos conceitos que permitiu a orientação de rumos e preocupações no âmbito da história das mulheres, voltada para a análise de problemas originalmente tratados pela nova história que propõe possibilidades de se pensar a tênue ligação entre as experiências históricas de mulheres com a produção historiográfica. (TILLY, 1994)

Através desta compreensão busca-se analisar a história de mulheres a partir de suas relações com seus corpos, considerando as práticas patriarcais de controle dos mesmos e as representações e imaginários sociais constituídos por este sistema de relações.

Como já referido anteriormente, considerando o imaginário social e as representações sociais conceituados por Chartier (2002) e Baczko (1985), materializados na linguagem, os discursos se tornam fontes importantes para esta pesquisa, pois é através deles que se pretende identificar como a realidade está determinada para os papéis femininos e de sua relação com os masculinos.

Neste cenário temos como pano de fundo as práticas de aborto, por entendê-las como um fundamental exemplo das relações verificáveis de mulheres com seus corpos, permeadas por representações de pleno controle deste pela sociedade e suas instituições. Da mesma forma observamos nessas práticas, a resistência das mulheres frente a poderes instituídos socialmente.

O corpo feminino está intimamente associado ao imaginário sobre a maternidade, que a coloca como obrigação e não escolha. Pretende-se então verificar qual a relação que estas mulheres que praticam aborto têm com seu corpo, como lidam com estes imaginários e representações sociais e como se percebem em um espaço que as julga moralmente e as criminaliza judicialmente e, mesmo assim, não as impede de exercer a decisão nem sempre vivida e/ou percebida como plenamente autônoma, de uma prática ligada diretamente aos seus corpos, física e moralmente falando.

Para isso foi escolhido um recorte espacial e temporal que apresenta peculiaridades sobre as práticas de aborto. As mulheres que vivem e viveram em espaços de fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia no estado de Mato Grosso do Sul, foram estrategicamente escolhidas como objeto de pesquisa. Essa escolha se deve a considerarmos que nestes lugares há facilidades de acesso a medicamentos abortivos nas fronteiras, o que implica em um método mais barato e acessível, porém não menos perigoso a suas vidas.

O período a ser retratado inicia-se na década de 1970, finalizando-se em 2000, uma história do tempo presente. O objetivo do recorte temporal refere-se às práticas abortivas que, por ora, sabe-se existir. Na década de 1970, o mais utilizado medicamento abortivo denominado Misoprostol não havia sido trazido ao Brasil, Paraguai ou Bolívia, trata-se de um medicamento estadunidense trazido a América do Sul, na década de 1980. Anterior a este fato, busca-se apontar quais eram as práticas abortivas mais usuais. No início da década de 1980 este medicamento foi trazido ao Brasil para o tratamento de úlcera, no entanto, logo o Estado observa que suas propriedades abortivas são descobertas por mulheres e utilizadas para este fim. Assim, em 1985 uma portaria do Ministério da Saúde proibiu sua comercialização o que ocasiona sua compra ilegal nos países vizinhos, fato que ocorre por estes não compartilharem do mesmo entendimento e continuarem a comercializar livremente o medicamento.

As vivências e experiências em relação à interrupção voluntária da gravidez tiveram esses momentos no país e esta pesquisa pretende apontar seus processos, significados para a vida das mulheres e para seus corpos.

Um estudo comparativo

Ao transpor do campo das idéias a concretude das palavras, este projeto tinha inicialmente o propósito de uma investigação comparativa, unindo pesquisas, trabalho de campo, entrevistas e informações coletadas em duas fronteiras denominadas secas, que compõem o estado de Mato Grosso do Sul com dois países vizinhos e cujas relações são de grande importância política, econômica e cultural, Paraguai e Bolívia.

O Paraguai é um dos países membro do MERCOSUL, enquanto que a Bolívia é um Estado-Associado deste processo de integração regional.² Com estas relações comerciais estabelecidas, o tráfego de pessoas e mercadorias nas fronteiras foi tornando-se cada vez mais dinâmico, embora a ilegalidade das comercializações não tenha desaparecido, como é o caso do medicamento abortivo em questão.

No que se refere a incorporação da cidade de Corumbá, fronteira com a Bolívia foi selecionada por se tratar de um município em que os dados apontam possuir um dos maiores índices de abortamento registrados no Sistema Público de Saúde³, por se tratar de um município onde contatos prévios já haviam sido estabelecidos para outras pesquisas e por apresentar uma lógica social diferenciada, uma vez que a região possui comunidades tradicionais que vivem as margens do rio e tiram seu sustento do mesmo, fato que poderia trazer a pesquisa dados adicionais sobre mulheres e técnicas mais tradicionais de aborto, uma informação a ser pesquisado.

² O MERCOSUL, Mercado Comum do Sul, foi instituído na América do Sul por acordos entre os países que, desde 1991, através do Tratado de Assunção, formam uma aliança comercial: Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Em 1996 a Bolívia é um dos países que entra como Estado Associado. VER: MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 18/04: REGIME DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS ASSOCIADOS AO MERCOSUL, disponível em: <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec1804p.asp> e <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1>

³ Em 2009, estudo realizado por Mario Monteiro e Leila Adesse, incorporado e analisado em pesquisa feita no estado, aponta que o índice de abortamentos em Corumbá era de 24,4 por mil mulheres, o quarto maior índice do estado. VER: ADESSE, L; MONTEIRO, M. magnitude do aborto no Brasil: aspectos epidemiológicos e sócio-culturais. Disponível em: [HTTP://www.ipas.org.br/arquivos/factsh_mag.pdf](http://www.ipas.org.br/arquivos/factsh_mag.pdf). (COSTA, A. L; ZIOLKOWSKI, N.E., 2010).

No entanto, ambos os espaços apresentam a realidade de comercialização deste medicamento, e embora este não seja o objeto de pesquisa desta dissertação, as duas fronteiras por apontarem esta realidade podem evidenciar dados importantes sobre a história das mulheres e as práticas de aborto, sendo que Ponta Porã possui uma lógica social diferente de Corumbá, sua fronteira é tênue, a circulação de mercadorias é facilitada pela impossibilidade de fiscalização intensiva ao longo do espaço de união física entre os dois países, e por fim, trata-se do município que, até 2009, era o segundo com maior índice de abortamento do estado⁴.

Tais fatores culminaram na realização de um estudo comparativo das fronteiras do Brasil com a Bolívia e do Brasil com o Paraguai, com vistas à observação das práticas de abortamento nestes dois espaços que permitam problematizar as representações sociais sobre o aborto e as relações de mulheres que vivem nestes locais, onde o acesso ao método de interrupção da gravidez por medicamento, oferecendo menor risco a mulher, é menos difícil, tem com a maternidade e com seu próprio corpo, pensando-o como um corpo que transita na fronteira social entre o controle e a autonomia sem qualquer plenitude de decisão sobre o mesmo.

Método de pesquisa

Para o acesso as fontes desta pesquisa, utilizaremos como método de pesquisa o trabalho de campo, que consiste na pesquisa direta em arquivos de documentos oficiais. Para as entrevistas, a elaboração de um questionário semiestruturado que aborde elementos relativos a compreensão sobre o corpo, o entendimento sobre o exercício da maternidade em relação ao corpo feminino, a autonomia deste corpo, a prática de aborto em relação ao corpo, a decisão de interromper a gravidez e seu significado para o corpo físico e social, a escolha do método abortivo pensado a partir das consequências físicas ou a partir das sensações e possibilidades das mulheres, ambos relacionados a compreensão que estas tem sobre seu corpo e que os profissionais em questão nesta pesquisa tem do corpo das mulheres que abortam.

Para a entrevista com profissionais, realizaremos um levantamento sobre suas atuações na temporalidade determinada e buscaremos interpelá-los dentro das

⁴ Idem

possibilidades de sua localização e disponibilidade em participar desta pesquisa. Para o diálogo com as mulheres, que já teve início neste estudo, utilizamos um método bastante conhecido das ciências sociais, uma área afim da historiografia, as redes sociais para identificação dos sujeitos.

A categoria redes sociais no campo das ciências sociais foi teorizada com bastante repercussão por antropólogos como John Barnes (1954), Elizabeth Bott (1957) e J. Clyde Mitchell (1969). Alguns outros autores de áreas afins como a psicologia também desenvolveram compreensões sobre este conceito. Nesta discussão há diversas compreensões sobre redes sociais, Sonia Acioli, professora da UERJ que atua na área de saúde coletiva, escreveu em 2007 um artigo tratando sobre o conceito de redes sociais em autores que parecem estar entre os primeiros teóricos a esboçar uma análise de rede:

“Sem interesse classificatório, mas buscando pensar as possibilidades de análise utilizando a noção de rede, esboçamos três possíveis abordagens inspiradas na leitura de Barnes, J. A. e Mitchell, J. Clyde³. São elas: uma abordagem metafórica, que estaria voltada à filosofia de rede ou ainda a uma aproximação conceitual; uma analítica centrada na metodologia de análise de redes, e, uma tecnológica, cuja preocupação está voltada para as redes de conexões, para as possibilidades que se colocam em relação às interações possíveis na sociedade através de redes eletrônicas, de informações, interorganizacionais.” (ACIOLI, 2007: p. 02)

Para Barnes (1997), a abordagem metafórica e a analítica são indissociáveis. Sobre a abordagem tecnológica, Castells (1999) identifica o paradigma da informação como a lógica de constituição de redes e interação. Nestas três abordagens, o que perpassa as análises como ponto central é a ideia de vínculo e interação que o conceito de redes nos traz.

No caso das práticas de aborto, a rede se consolida por contatos pessoais. A decisão de interrupção da gravidez pode vir acompanhada de diversos medos, inseguranças e dúvidas, e o compartilhamento de tal decisão com outra pessoa ocorre pela busca de informações ou mesmo de aconselhamentos e cumplicidade. Neste caso encontramos vínculos de parentesco, de amizade, profissionais com afinidade e outros que poderão ser detectados no decorrer da pesquisa.

Para este estudo, o método de redes sociais consiste em obter contato com mulheres que tenham interrompido a gravidez a partir da indicação de outras que tenham vínculos, entendidas também como informantes, isso pode possibilitar que mais mulheres sejam encontradas e que se sintam a vontade para um diálogo, pois a indicação de pessoas conhecidas que formam uma rede de mulheres que viveram uma experiência similar, pode dar mais segurança e confiança no ato de narrar sua experiência.

Na Nova história, o diálogo possível entre a historiografia e outras áreas afins possibilita que o método das redes sociais seja aplicado nesta pesquisa, pois as redes sociais, embora analisadas pela academia em um tempo muito recente, são verificáveis na história da sociedade, em estudos e escritos históricos que revelam relações de vínculo e interação de diversos grupos ao longo de nossas práticas sociais. Por isso, embora não hajam historiadores que tenham desenvolvido uma teoria historiográfica sobre o método, muitos se utilizam dele para pesquisas, sobretudo em estudos historiográficos que compreendem o tempo presente.

Conclusão prévia

O que é possível concluir até o momento desta pesquisa em andamento, é que não tem sido bastante acessível à consulta as fontes determinadas em nosso projeto, a priori pensamos que encontrar mulheres que praticaram aborto e que estejam dispostas a falar seria o momento mais complicado da pesquisa, entretanto, a primeira fonte com a qual conseguimos contato direto foi a oral, através da qual, pelo contato de rede, tivemos outras indicações.

O acesso aos documentos oficiais é onde, por ora, encontramos mais restrições, pois tratam-se de documentos arquivados, que contem a história de mulheres que

cometeram um crime de julgamento jurídico e moral, além disso, dados sobre esta prática também demonstram a fragilidade do Estado em coibir o aborto, demonstra a falha no controle social e sobre os corpos femininos que, mesmo diante de todas as circunstâncias que envolvem a interrupção voluntária da gravidez, tem sido tema recorrente diante da grande quantidade de casos que o país registra anualmente.

Diante das possibilidades de contato com as diferentes fontes, conseguimos observar que o espaço da fronteira traz elementos ricos de discussão sobre o aborto, os relatos de mulheres e os registros documentais, apontam a fronteira ora como espaço de possibilidade de realização do desejável, ora como autor do delito, demonstrando ser um espaço com uma problemática em evidência.

Referências

ACIOLI, S. **Redes Sociais e Teoria Social: revendo os fundamentos do conceito.** Informação & Informação, v. 12, p. 01-12, 2007.

ADESSE, L; MONTEIRO, M. **Magnitude do aborto no Brasil: aspectos epidemiológicos e sócio-culturais.** Disponível em: [HTTP://www.ipas.org.br/arquivos/factsh_mag.pdf](http://www.ipas.org.br/arquivos/factsh_mag.pdf).

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social.** In: ROMANO, Ruggiero. Enciclopedia Einaudi. Vol. 5. Anthropos-Homem. Lisboa: casa da Moeda. 1985. P. 298-332.

BARNES, J.A. **Redes Sociais e Processos Políticos.** In: Bianco, Feldman B., (Org.) Antropologias das Sociedade Contemporâneas : Métodos. S. Paulo: Global, 1997.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 7-116.

COSTA, Alexandra Lopes da; ZIOLKOWSKI, Nathalia Eberhardt. **Dossiê sobre aborto inseguro para advocacy: o impacto da ilegalidade do abortamento na saúde das mulheres e na qualidade da atenção à saúde reprodutiva em Campo Grande e Corumbá, Mata Grosso do Sul.** / [elaboração e execução do projeto Beatriz Galli...[et. al.]. Recife: Grupo Curumim, 2010.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924).** São Paulo; Ed. Brasiliense, 1984.

MENEGAT, A. S. (Org.) ; FARIAS, M. F. L. (Org.) ; MARSCHNER, W. (Org.) . **Saberes em construção : experiências coletivas de sem terras e a Universidade Federal da Grande Dourados**. Dourados: Editora da UFGD, 2008. v. 1. 96 p.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**. Tradução de Antonio Carlos Braga. São Paulo: Scala, 2007, p. 218.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise**. Tradução de Christine Rufino e Maria Bet.nia.vil, 1990. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>

VEIGA, Ana Maria. **Testemunhos e outras fontes: uma aproximação no mapeamento de redes feministas (Argentina e Brasil pós-década de 1960)**. In: História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v. 12, n. 1-2, jan. – dez. 2009. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral.